

Encontro discute ações de vigilância e registros de câncer no país

Garantir espaço técnico-político para avaliar as ações gerenciais em vigilância e o desenvolvimento dos registros de câncer no Brasil foi o objetivo do Encontro Técnico para Avaliação das Ações em Vigilância e Registros de Câncer. O evento foi promovido nos dias 5 e 6 de junho, no Hotel Novo Mundo. "É sempre uma excelente oportunidade para transferência e nivelamento de conhecimento técnico", disse Marise Rebelo, chefe da Divisão de Vigilância e Análise da Situação, da Coordenação de Prevenção e Vigilância (Conprev).

Nesta edição de 2018, além de trocar experiências e definir estratégias para ampliar a qualidade e atualidade das informações, se enfatizou a importância da integração entre as equipes das coordenações estaduais de vigilância (responsáveis pelos Registros Hospitalares de Câncer) e das coordenações dos Registros de Câncer de Base Populacional. Um dos desafios é a busca de estratégias de financiamento adequadas e efetivas para a sustentabilidade e continuidade dos Registros de Câncer no Brasil.

Integração dos dados

"Hoje, há Registros de Câncer em todas as capitais, e há expectativa de ampliação desse trabalho para áreas fora das regiões metropolitanas, numa lógica de regionalização. A proposta é retratar melhor a realidade de um país de dimensões continentais, como o Brasil", explica Marise.

Atualmente, cerca de 300 unidades de saúde enviam as informações, de forma padronizada, sobre características dos pacientes, do diagnóstico, do tratamento e da evolução da doença, para o Sistema Integrador RHC. A ferramenta atualmente possui em sua base consolidada cerca de três milhões de casos novos de câncer e está disponível para utilização pública no site do INCA (<https://irhc.inca.gov.br/RHCNet/>).

O vice-diretor da instituição, Gelcio Mendes, presente ao Encontro, ressaltou a importância do trabalho do Instituto na coordenação dos registros de câncer em todo o

território brasileiro, por trabalhar com a integração dessas informações.

"A mais evidente situação que estamos vivenciando é o tema recente da sanção presidencial da Lei nº 13.685, de 25 de junho de 2018, que altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012 (Lei dos 60 dias), para estabelecer a notificação compulsória de agravos e eventos em saúde relacionados às neoplasias", anuncia Marise. Com a mudança, a Lei dos 60 dias passa a vigorar acrescida também do Artigo 4º-A, que estabelece que "as doenças, agravos e eventos em saúde relacionados às neoplasias terão notificação e registro compulsórios, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos regulamentares". O INCA fará parte do grupo de trabalho de regulamentação da lei.

Vigilância do câncer

As fontes de informação para um sistema de vigilância devem ser múltiplas e sua diversidade é imperativa para que o sistema seja efetivo. No entanto, em um sistema de vigilância para o câncer, o protagonismo dos Registros de Câncer - alicerce fundamental e padrão ouro - já é reconhecido internacionalmente. A notificação compulsória se constitui em mais uma fonte para a identificação dos casos.

"É de fundamental importância apoiar a implementação do componente vigilância do câncer nas ações nacionais, por meio da manutenção e pleno funcionamento dos Registros de Câncer. Isso deve ser feito de forma padronizada, segundo critérios técnicos preconizados pelo INCA e pelo Ministério da Saúde, em consonância com a recomendação internacional, com boa qualidade nas informações produzidas e sua divulgação sistemática; tendo como elemento norteador a preservação da manutenção das séries históricas das informações", destacou Marise Rebelo.

A chefe da Divisão de Vigilância e Análise da Situação lembra que a regulamentação da notificação compulsória dos casos de câncer não é garantia de quantidade nem de qualidade das informações obtidas. "Entretanto, espera-se com isso fortalecer e criar mecanismos para a sustentabilidade dos já existentes sistemas de informação sobre câncer, principalmente os Registros de Câncer, na identificação dos casos por meio da ampliação das fontes notificadoras e manutenção das rotinas de coleta, processamento e divulgação das informações. É importante considerar e fortalecer os Registros de Câncer, no Brasil, porque o grande desafio consiste em se traçar estratégias para a sustentabilidade e continuidade do sistema", concluiu Marise.



Equipe do INCA debateu estratégias para aumentar a qualidade dos registros de câncer